CDD
Centro para Democracia e Direitos Humanos
WWW.CDDMOZ.ORG

POLÍTICA MOÇAMBICANA

Domingo, 29 de Dezembro de 2024 I Ano VI, n.º 655 I **Director:** Prof. Adriano Nuvunga I **www.cddmoz.org**

Sem diálogo político genuíno e inclusivo: se aprofunda a Crise Pós-Eleitoral em Moçambique

Sem um diálogo político transparente e inclusivo, depois da chamada etapa "Turbo V8", que foi a mais sangrenta de todas, com um registo de mais de 200 mortes, fazendo subir o número de vítimas mortais para 500 - segundo dados resultantes do trabalho de monitoria e registo das vítimas feito pelo Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD), com o fim último de fazer justiça para vítimas e suas famílias - Moçambique caminha para uma nova etapa de manifestações convocadas pelo candidato presidencial Venâncio Mondlane, o principal rosto da contestação dos resultados eleitorais. É a chamada etapa "ponta de lança". Segundo Mondlane, é a derradeira etapa das manifestações, que se prevê violentas, ameaçando agravar ainda mais a instabilidade no país. Desde as eleições realizadas em 9 de Outubro de 2024, o cenário político moçambicano deteriora-se rapidamente, marcando uma das piores crises pós-eleitorais da história do país.

A crise tem gerado graves consequências humanitárias e violações de direitos humanos. Vários relatos indicam um aumento significativo de episódios de repressão violenta por parte das forças de se-

gurança, ataques contra civis e um crescente número de deslocados internos e refugiados, rompendo a coesão social.

A ausência de diálogo político e a insistência em governar sem atender às demandas de transparência e inclusão estão apenas aprofundando o abismo entre a liderança política e o povo moçambicano. O momento exige uma acção imediata, com soluções que busquem a estabilização do país, a restauração da confiança e a protecção dos direitos de todos os cidadãos.

Histórico de Fraudes Eleitorais

A Frelimo, com um histórico de se manter no poder por meio de eleições fraudulentas, desta vez enfrenta a resistência popular nas ruas. Os resultados eleitorais foram considerados fraudulentos, não credíveis e marcados por graves ilegalidades, inclusive na sua fase de validação e proclamação pelo Conselho Constitucional (CC). Por exemplo, o CC, à semelhança daquilo que sucedeu nas eleições autárquicas de 2023, voltou a alterar os resultados que recebeu da Comissão Nacional de Eleições, sem transparência, mas, sobretudo, sem mandato para o efeito, o que contribuiu para a subida do tom das contestações na etapa "turbo V8", fazendo subir o número de vítimas mortais de 131 na etapa "4X4" para 500, na sua maioria civis.

Segundo os dados apresentados[1] em 24 de Outubro pela CNE, Daniel Chapo estava em primeiro lugar com 70,62% dos votos. Em segundo lugar estava Venâncio Mondlane, suportado pelo partido Povo Optimista para o Desenvolvimento de Moçambique (PODEMOS), com 20,32%; em terceiro lugar estava Ossufo Momade, com 5,1% dos votos. Em último lugar estava Lutero Simango, do Movimento Democrático de Moçambique (MDM), com 3,2%. Para as Legislativas, à Frelimo foram atribuídos 195 mandatos; o PODEMOS teve 31 mandatos; a Renamo teve 20 mandatos e o MDM quatro mandatos.

Os resultados da proclamação mantém as posições com algumas alterações que não fazem justiça ao povo. Nas presidenciais, Daniel Chapo foi proclamado[2] vencedor com 66,17%, seguido de Venâncio Mondlane com 24,19 %. Ossufo Momade e Lutero Simango ficaram em terceiro e quarto lugares, com 6,62% e 4,02%, respectivamente. Para as legislativas, a Frelimo ficou com 171 assentos, seguido do PODEMOS com 43. Em terceiro lugar está a Renamo com 28 assentos e em último lugar o MDM com 8 assentos. No que tange às eleições provinciais, a Frelimo foi proclamada vencedora, com maioria nas assembleias provinciais. Todos os candidatos a governador por aquele partido foram também proclamados vencedores.

É incompreensível como o CCC validou e proclamou resultados diferentes daqueles que recebeu da CNE.

A Necessidade de Diálogo

Diante da crise de legitimidade, seria esperado que o país estivesse engajado em um diálogo com todas as forças vivas para buscar soluções. Antes da proclamação dos resultados eleitorais, o Presidente da República, Filipe Nyusi, que é, também, presidente do partido Frelimo, partido sobre o qual recaem as denúncias de ser ter beneficiado da fraude, ensaiou um diálogo, mas esse diálogo não vingou. Ficou o entendimento de que a Frelimo nunca quis dialogar e que estava numa agenda de entretenimento visando ganhar tempo até o CC proclamar os resultados. Diante da crise, uma alternativa viável seria ignorar os resultados eleitorais da discórdia e se embarcar na criação de um governo de transição, que incluísse todas as forças políticas e conduzisse o país a um período de estabilidade.

Esse governo de transição permitiria:

1. A Retomada Económica: Restabelecer a produção económica para garantir a segurança alimentar e gerar receitas para o funcionamento do Estado.

2. Novas Eleições Credíveis: Realizar eleições no médio prazo, com garantias de transparência, legalidade e supervisão de organismos internacionais confiáveis.

Outros países já seguiram esse caminho com sucesso. Exemplos incluem o Zimbabwe e o Quénia.

No entanto, é fundamental que as novas eleições sejam antecedidas de uma reforma legal e institucional profunda para evitar nova fraude e novos conflitos.

Resistência e Agravamento da Crise

No entanto, a Frelimo permanece relutante em dialogar. Acredita que, uma vez validados e proclamados os resultados pelo CC, pode governar sem um processo de refundação do Estado, prosseguindo com a posse do presidente eleito, no dia 15 de Janeiro, como se nada tivesse acontecido. Essa postura tem exacerbado as manifestações violentas, marcadas pela ausência de diálogo. A chamada etapa "Turbo V8", que terminou na semana passada, e que foi a mais sangrenta de todas, registou mais de 200 mortes, fazendo subir o número de vítimas mortais para 500, segundo dados resultantes do trabalho de monitoria e registo das vítimas feito pelo CDD, com o fim último de fazer justiça para as vítimas e as suas famílias. Os dados incluem as mais de 130 vítimas do massacre da Cadeia Central[3], mais de 100 vítimas em Ribáuè[4], Nampula, e Morrumbala[5], Zambézia, incluindo elementos das forças de segurança dos Naparamas[6]. Amanhã, segunda-feira, 30 de Dezembro, Moçambique entra para uma nova etapa de manifestações. É a chamada etapa "ponta de lança". Segundo Mondlane, é a derradeira etapa das manifestações, que se prevê violentas, ameaçando agravar ainda mais a instabilidade no país.

[1] https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2024/12/Conselho-Constitucional-chancela-fraude-e-confirma-Daniel-Chapo-como-Presidente-da-Republica-.pdf
[2] https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2024/12/Conselho-Constitucional-chancela-fraude-e-confirma-Daniel-Chapo-como-Presidente-da-Republica-.pdf
[3] https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2024/12/Mais-de-100-Prisioneiros-Executados-pelas-Forcas-de-Seguranca.pdf
[4] https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2024/12/Noite-Sangrenta-em-Ribaue-Nampula.pdf
[5] https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2024/12/Duas-mil-e-Quinhentas-Familias-Buscam-Refugio-no-Malawi-.pdf
[6] https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2024/12/Ataque-dos-Naparamas-em-Luabo.pdf

A Posição do CDD

O CDD reafirma a necessidade urgente de um governo de transição inclusivo, capaz de unir todas as forças vivas da sociedade moçambicana. Este modelo tem como base experiências anteriores bem-sucedidas, tanto em Moçambique quanto em outros países da região, como o Quénia e o Zimbabwe, que recorreram a soluções semelhantes em momentos de crise.

Um governo de transição seria essencial para:

Reconstruir a Confiança: Restaurar a fé da população nas instituições do Estado, corroída por anos de descredibilidade e fraudes eleitorais. **Estabilizar o País**: Criar as condições necessárias para pôr fim à violência e retomar o funcionamento regular das instituições públicas e da economia.

3. Garantir Eleições Legítimas: Organizar, a médio prazo, eleições transparentes, inclusivas e monitoradas por organismos internacionais sérios, que reflictam de facto a vontade do povo moçambicano. As novas eleições devem ser antecedidas de uma reforma legal e institucional profunda, pois o actual quadro legal e institucional abriria espaço para nova manipulação para beneficiar a Frelimo, o que voltaria a mergulhar o país no caos.

A ausência de diálogo político genuino e inclusivo é um dos maiores factores que agravam a crise. Sem essa abertura, o país permanece mergulhado num ciclo de instabilidade e violência que ameaça não apenas a paz social, mas também o progresso económico e social de Moçambique.

O CDD defende que esta transição deve ser conduzida com urgência e responsabilidade, com foco em preservar a vida dos cidadãos, proteger os direitos humanos, a coesão social e garantir um futuro sustentável para o país. A persistência da rejeição do diálogo por parte da Frelimo e a insistência em governar sem uma reestruturação do Estado podem trazer consequências devastadoras para o povo e para a estabilidade da região.

A história recente de Moçambique e de outros países demonstra que é possível superar crises políticas por meio de consenso e construção colectiva. O momento de agir é agora.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – CENTRO PARA DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Autores: CDD
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschield, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra
Embaixada da Suiça em Moçambique

IGUAL PROGRAMA DIREITOS E DEMOCRACIA

OXFAM

FORD FOUNDATION

UNIÃO EUROPEIA

cesc

Kingdom of the Netherlands

Ministry for Foreign Affairs of Finland